



**Estado da Bahia
Prefeitura de Valente
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

OFÍCIO Nº XX/2021/SEDUC

Valente-BA, 25 de fevereiro de 2021.

Ao Senhor
Exmo. Sr. Antônio Dagoberto Rios
Procuradoria Jurídica Municipal
Valente/BA

Assunto: reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB.

Senhor Procurador,

Esta Secretaria Municipal de Educação, encaminha a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame dessa Procuradoria Jurídica, a minuta do projeto de lei que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

De acordo com a referida lei federal, em seu artigo 34, todas as esferas de governo devem ajustar a legislação municipal do conselho para acompanhamento e controle social do novo FUNDEB, motivo pelo qual ora se apresenta esta propositura, tendo por objeto a normatização sobre a organização e o funcionamento do aludido colegiado no âmbito do Município de Valente, a qual substituirá as disposições constantes da Lei nº 351, de 21 de maio de 2007, que atualmente disciplina a matéria.

De acordo com o novo marco legal, o CACS-FUNDEB deve ser constituído, dentre outros membros, por dois representantes de pais de aluno/a. Contudo, no artigo 6º, inciso I, alínea "e", do presente projeto de lei foi acrescentado o termo "responsáveis", considerando a evolução do conceito de família. Além disso, foram excluídas as representações de escola quilombola e indígena, porquanto não há, no Município de Valente, registros de escolas públicas em comunidades remanescentes de quilombo e inexistem aldeias indígenas.

Ressaltamos a urgência na tramitação da propositura em apreço, vez que, nos termos do artigo 42 da Lei Federal nº 14.113, de 2020, os novos conselhos devem estar constituídos até a data de 30 de março de 2021. Além disso, a constituição do CACS-FUNDEB dependerá da realização de processos eletivos para escolha dos representantes de diversos segmentos que devem integrar a sua composição, circunstância que demanda tempo razoável para o cumprimento de cada etapa desse processo.

Na certeza da diligência desse Setor na análise da matéria e no cumprimento das providências necessárias para que o Executivo possa encaminhá-la ao Legislativo Municipal, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Joelma dos Santos Oliveira
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 071/2021